

Uma discussão preliminar sobre a inserção precária do jovem no mercado de trabalho e sua relação com a afirmação e a reconstrução do subdesenvolvimento brasileiro

Marcelo Jose Moreira¹

RESUMO

A forma atual do processo de acumulação de capital recrudescceu a condição sócio-econômica da classe trabalhadora, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Isso se materializou, sobremaneira, nos países em que a dinâmica capitalista toma a forma de periferia do sistema. A política macroeconômica, dos anos 90 (sobretudo a partir de 1994), de abertura da economia brasileira, encaminhada por medidas de eliminação de regimes especiais de importação, simplificação da burocracia de importação (licenciamentos), redução de alíquotas alfandegárias, “perda” da capacidade de investimento do setor público, que incorreu numa política de desregulamentação dos mercados, no encolhimento do Estado e no saneamento das finanças públicas, levou a um lento crescimento da economia brasileira, e revelou-se como o principal responsável pela escassa geração de empregos e, portanto, da tendência ao desemprego estrutural. Esses fatores quando vistos de maneira conjunta, revelam uma intensa ampliação dos níveis de dependência externa, das desigualdades sociais e dos limites impostos às tomadas de decisão interna. Fatores esses, fundamentais para o acirramento do subdesenvolvimento. A forma de inserção e/ou de exclusão a que os trabalhadores brasileiros estão expostos em seu mundo do trabalho, demonstra uma *desestruturação* de seu mercado de trabalho; de forma, que esta afirma, estruturalmente, o aumento da taxa de exploração do trabalho. E, por assim dizer, a limitação ao acesso a este mundo do trabalho, ali constituído e em plena mutação. Esses elementos colaboram para um processo lento e dinâmico de precarização das relações e condições de trabalho, no mundo do trabalho brasileiro, expondo determinados segmentos da força de trabalho a situações ainda mais complexas. É nesse cenário que se encontra a juventude brasileira: um sistema econômico que vive há um quarto de século diante de um “colapso do desenvolvimento”, tornando sua inserção no mercado de trabalho agravada por transformações substanciais em seu mundo do trabalho.

Palavras-chave: jovens, trabalho, subdesenvolvimento

Área Temática: trabalho, indústria e tecnologia

Sub-área: mundo do trabalho

¹ Professor da Universidade Estadual de Goiás/UEG – Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis/UnUCSEH e do Centro Universitário de Patos de Minas/UNIPAM – endereço eletrônico: marcelo.moreira@ueg.br

ABSTRACT

The current way of accumulation process of capital recrudesced the social economic condition of working class, mainly, from the second half of twenty century. That have materialized, excessively, in the countries in which the capitalist dynamics or takes the form of periphery of the system. The macroeconomic politics from the or ninety decade (mainly from 1994), of opening of Brazilian economy, directed for elimination actions of special regimes of importation, simplification of the bureaucracy of importation (licensings), aliquots reduction of customs, “lose” of investment capacity of public sector, which incurred in the politics of deregulation of the markets, in the contraction of State and in the cleanness of publics finances, guided to a slow growth of the Brazilian economy and one showed as main responsible for scarce generation of jobs and, therefore, of the trend to the structural unemployment. Those factors, when evaluated jointly, demonstrate intense enlargement of the levels of external dependence, of the social inequalities and of the established limits for the taking of internal decision. Those factors are essentials for the increase of underdevelopment. The insertion and/or exclusion way, which the Brazilian workers are forsaken into work world, demonstrate a destructuralization of one work market; thus, that one affirms, structurally, the increase of exploitation rate of the worker. So, the limitation to access to this work world, there constituted and in full mutation. Those elements collaborate for a slow and dynamic process of worsening of the relations and work conditions, into Brazilian work world, showing determined segments of the workforce for still more complex situations. It is in that scenario that Brazilian’s youth: a economic system that invigorates has one fourth of century, ahead of a “collapse of the development”, becoming its insertion in work market aggravated for substantial transformations in its work world.

Keywords: young, work, underdevelopment.

Thematic Area: work, industry and technology

Sub Area: world work

Introdução

A forma atual do processo de acumulação de capital recrudescceu a condição sócio-econômica da classe trabalhadora, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Isso se materializou, sobremaneira, nos países em que a dinâmica capitalista toma a forma de periferia do sistema. A política macroeconômica, dos anos 90 (sobretudo a partir de 1994), de abertura da economia brasileira, encaminhada por medidas de eliminação de regimes especiais de importação, simplificação da burocracia de importação (licenciamentos), redução de alíquotas alfandegárias, “perda” da capacidade de investimento do setor público, que incorreu numa política de desregulamentação dos mercados, no encolhimento do Estado e no saneamento das finanças públicas, levou a um lento crescimento da economia brasileira, e revelou-se como o principal responsável pela escassa geração de empregos e, portanto, da tendência ao desemprego estrutural. Esses fatores quando vistos de maneira conjunta, revelam uma intensa ampliação dos níveis de dependência externa, das desigualdades sociais e dos limites impostos às tomadas de decisão interna. Fatores esses, fundamentais para o acirramento do subdesenvolvimento. A forma de inserção e/ou de exclusão a que os trabalhadores brasileiros estão expostos em seu mundo do trabalho, demonstra uma *desestruturação* de seu mercado de trabalho; de forma, que esta afirma, estruturalmente, o aumento da taxa de exploração do trabalho. E, por assim dizer, a limitação ao acesso a este mundo do trabalho, ali constituído e em plena mutação. Esses elementos colaboram para um processo lento e dinâmico de precarização das relações e condições de trabalho, no mundo do trabalho brasileiro, expondo determinados segmentos da força de trabalho a situações ainda mais complexas. É nesse cenário que se encontra a juventude brasileira: um sistema econômico que vive há um quarto de século diante de um “colapso do desenvolvimento”, tornando sua inserção no mercado de trabalho agravada por transformações substanciais em seu mundo do trabalho.

Este artigo, a partir destes elementos, está dividido em duas seções, acompanhadas desta introdução e das considerações finais. A primeira seção discute alguns elementos que, de alguma maneira, podem representar as causas da desestruturação ocorrida no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, a partir dos anos de 1990, discutindo o aumento da precarização da condição de trabalho e de vida de parcela significativa da classe trabalhadora brasileira. A segunda seção, através de uma breve discussão sobre a inserção precária do jovem trabalhador no mercado de trabalho brasileiro, busca-se identificar nesse processo, a afirmação tanto da desestruturação desse mercado de trabalho, quanto do aprofundamento da condição histórica do subdesenvolvimento brasileiro.

1 Considerações sobre o processo de degradação do mundo do trabalho brasileiro

Discutir o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por uma intensa *precarização das condições (e relações) de trabalho*, requer assumir que o *processo geral de acumulação de capital* e das formas aqui (Brasil) assumidas por tal processo, caracterizou-se por uma estrutura imersa numa forma específica de desenvolvimento, denominada subdesenvolvimento. Tal forma específica se traduz numa intensa heterogeneidade estrutural interna, grau de dependência externa acirrado e limites impostos às tomadas de decisão sobre a condução de seu projeto de desenvolvimento (isto é, um limite imposto à autonomia crescente de decisões, uma implicação do conceito de desenvolvimento)².

As últimas duas décadas do século XX, tornaram esses elementos ainda mais perniciosos para o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. A partir dos anos 80, as taxas médias de crescimento caem de forma sensível, as flutuações dos ciclos de crescimento aparecem mais intensas e os surtos de expansão são mais curtos³ (a taxa média de crescimento na década de 80 foi 1,6% e na de 90, 1,8%)⁴.

Nos anos de 1990, o projeto de desenvolvimento desencadeado, sobretudo a partir de 1994, teve como características principais o acirramento da dependência externa, via aumento da vulnerabilidade e da fragilidade financeiras, que se apresentavam como decorrência da “nova etapa de financiamento externo”, surgida a partir do uso da âncora cambial e da política de juros elevados. A idéia é que tal política pudesse atrair poupança externa suficiente para completar o intento de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente. Esse projeto, ao contrário, levou ao crescimento extraordinário da dívida externa, somado ao crescimento contínuo e explosivo da dívida pública interna⁵. No limite, a combinação de abertura comercial e liberalização financeira, associadas às privatizações e o investimento direto estrangeiro e, ao mesmo tempo, à política de taxa de câmbio sobrevalorizada, resultou numa penalização do setor exportador nacional, em crescimento econômico pífio (de 1995 a 2001, a taxa média anual de crescimento foi de 2,4%), um encolhimento das cadeias produtivas e aumento da participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico⁶.

² FURTADO (1983)

³ BELLUZZO (2002)

⁴ LESBAUPIN (2000)

⁵ A dívida mobiliária interna federal em poder público, saltou de 61,8 bilhões de reais em 1994, para 810,3 bilhões de reais em 2004.

⁶ BELLUZZO (2002)

Como resultado, ocorre uma *desestruturação do mercado de trabalho*, que se traduz em aumento no número de trabalhadores ocupados que recebem salário mínimo⁷, no número significativo de trabalhadores que se encontram no setor informal da economia, nas “novas” ocupações profissionais geradas – marcadas por ocupações precárias e com baixos rendimentos –, na queda dos rendimentos reais do trabalho e na configuração de desemprego estrutural⁸.

Desta forma, partimos do pressuposto de que: **i)** o desenvolvimento global é desigual, agravando a condição do emprego de força de trabalho nos países subdesenvolvidos. Isso favorece os países desenvolvidos, aumentando, dada a forma de inserção subordinada, a dependência externa, caracterizada política, econômica e financeiramente⁹; e **ii)** os efeitos causados pela política macroeconômica, sobretudo a partir de 1994, sobre o mercado de trabalho são assimétricos, atingindo mais intensamente determinados grupos-problema¹⁰ (ou segmentos diversos da força de trabalho).

Neste sentido, a *desestruturação do mercado de trabalho* torna-se um problema social que ultrapassa o âmbito estritamente econômico. Ao constituir um mercado de trabalho restritivo e precário, o desenvolvimento atual do capitalismo brasileiro, exclui uma ampla parcela da população da condição sócio-econômica que lhes garanta o acesso à economia de mercado, exigindo ao Estado a constituição de políticas compensatórias, que ainda que necessárias, estão longe de lhes garantir tais condições¹¹.

No mercado de trabalho, a exigência de competitividade e aumento da eficiência produtiva impõe, ideologicamente, uma ação normatizadora do Estado em favor da flexibilização e racionalização produtivas que responderiam através de um aumento na oferta de empregos. Ao contrário, os indicadores mostraram, para o conjunto da década de 1990, um aumento do desemprego. Esta ação do Estado junto ao mercado de trabalho insere-se numa proposta mais ampla de ajuste das

⁷ “As modificações na composição das ocupações por setor de atividade e posição na ocupação ocorreram junto com alterações expressivas na distribuição das pessoas ocupadas por nível de remuneração. Descontando os aumentos de preços e expressando as faixas de remuneração em salários mínimos de 2003, aumentou fortemente a proporção de pessoas ocupadas ganhando menos de 3 salário mínimos que atingiu quase ¾ dos ocupados em 2003.” (Baltar, 2005)

⁸ “A geração de oportunidades para ocupar a população ativa, que tinha diminuído fortemente nos anos 90, aumentando o desemprego aberto e dificultando a entrada do jovem no mercado de trabalho, tornou-se mais intensa depois da desvalorização do real (...) Geraram-se especialmente empregos assalariados, muitos deles com carteira de trabalho, mas predominaram empregos de baixa remuneração, que contribuíram para reduzir o nível médio dos salários.” (Baltar, 2005)

⁹ “Verificou-se uma importante mudança na configuração organizacional e empresarial brasileira no bojo do fracasso do governo Fernando Henrique. Este fracasso determinou a posição de subordinação do grande capital privado nacional no núcleo central do capitalismo brasileiro, agora com a supremacia das empresas transnacionais.” (Gonçalves, 2003)

¹⁰ OFFE (1989)

¹¹ “A introdução de redes de proteção e políticas de renda especialmente dirigidas à pobreza – como as que caracterizam a política social dos últimos anos – não pode contornar a necessidade de um modelo de desenvolvimento em que a sustentação da taxa de crescimento e de elevação continuada do salário mínimo real esteja claramente priorizada. É evidente que, com a extraordinária expansão do setor informal, os esquemas de transferência social, centrados no emprego, tornam-se crescentemente insuficientes e os programas universais (como, por exemplo, a renda de cidadania) ou voltados diretamente aos pobres (Bolsa-escola), ou a extensão da cobertura social ao setor informal (como a que ocorreu com a aposentadoria rural) tornam-se centrais”. (Medeiros, 2002)

funções do próprio Estado, encolhendo relativamente o seu campo de atuação, se comparado com o Estado do Bem-Estar. Esta nova concepção impõe um ajuste de funções que diminui o grau de liberdade de execução das políticas públicas¹².

“Assim, reduz-se a capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda.” (Mattoso, 1995)

Complementando, Medeiros e Salm vêem essas mudanças como uma reação a um modo de regulação:

*“O ideário neoliberal surge na esteira da atual revolução tecnológica e do acirramento da concorrência mundial. Expressa, no campo das relações industriais, uma reação à regulação fordista e aos acordos e contratos coletivos que foram se afirmando principalmente na Europa, em Países com mercados de trabalho altamente estruturados e com forte presença sindical. A idéia central é de **flexibilização** do mercado de trabalho”.(Medeiros e Salm, 1994)¹³*

O problema maior que se apresenta para os defensores do ideário neoliberal é que os resultados das transformações na forma de regulação não são nem de perto comparáveis aos dos “anos dourados” do pós-guerra.

Como aponta Furtado:

“Existe evidência de que a estrutura atual não permite compatibilizar uma taxa de crescimento capaz de absorver o desemprego com o necessário equilíbrio. A verdade é que a atual recessão não é simples fruto do acaso. Ela reflete certa opção política (...) vivemos não exatamente uma crise, no conceito que lhe emprestam os economistas, mas uma complexa transição estrutural com reacomodações nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política”. (Furtado, 1992)

¹² Sobre este tema, ver Franco (1996).

¹³ Grifos no original.

As reacomodações e a transição estrutural obviamente não alteram a configuração de fundo do capitalismo, de sorte que os países desenvolvidos continuam a exercer a sua liderança e a definirem os caminhos para os demais. Neste caso, as opções dos países subdesenvolvidos são extremamente limitadas.

É justamente sobre essas “opções políticas” que Arrighi (1997) se refere quando mostra a *ilusão do desenvolvimento*. Ele esclarece que os países em busca do desenvolvimento aprofundam diferenças internas às suas sociedades, porque reproduzem os elementos da acumulação sem a contrapartida do momento histórico. Assim, esses países articulam os processos de industrialização e de desenvolvimento, baseados num modelo a ser seguido, sem presumir: i - que tais processos não são a mesma coisa; e, ii – que eles mesmos (os países), são elementos construídos e construtores do ambiente sistêmico em que estão inseridos, de forma que lançam mão de certa autonomia relativa, bem como, da compreensão do momento histórico em que se situam.

“A industrialização ou, mais geralmente, a modernização, fracassou em cumprir suas promessas, e essa falha está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maior parte dos Países do Leste e do Sul. Esses problemas não são locais nem conjunturais, mas sistêmicos e estruturais. São problemas do sistema mundial a que pertencem tanto o Ocidente/Norte quanto o Leste/Sul”.(Arrighi, 1997)

Este autor procura mostrar que os acontecimentos de *milagres econômicos* ocorridos em alguns países subdesenvolvidos não passaram de *miragens*, de forma que, no Brasil, a característica mais notável de sua trajetória de crescimento foi a absoluta e quase ininterrupta horizontalidade¹⁴. Acontece que as desigualdades de renda entre as regiões mais pobres da economia mundial seguiram um padrão em que os aspectos-chave são o oposto exato do padrão observado pelas desigualdades de renda entre as regiões mais ricas¹⁵, apresentando um movimento decrescente nas regiões ricas e crescentes nas regiões pobres. Esta abordagem é comum a Arrighi e Furtado. Para este último, somente um projeto político apoiado em um conhecimento consistente da realidade social poderá romper a lógica da desarticulação entre a acumulação das forças produtivas e os objetos de consumo (paralelismo existente nas economias desenvolvidas); desarticulação esta que fundamenta a existência do subdesenvolvimento. Para o primeiro autor, o importante é o entendimento sobre a *hierarquia global*

¹⁴ Arrighi, op.cit. O autor cita que de 1938 a 1970, o PNB per capita do Brasil permaneceu estacionário em mais ou menos 12% do PNB per capita do núcleo orgânico. Entre 1970 e 1980, subiu até 17,5%, mas, por volta de 1988, retornava para seus 12% .

¹⁵ ARRIGHI, op.cit.

de riqueza. Através dos conceitos de *riqueza oligárquica* e *riqueza democrática*, ele vai aprofundar a explicação que vinha traçando sobre a ilusão do desenvolvimento.

A riqueza democrática consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, disponíveis em princípio para todo mundo em relação direta com a intensidade e a eficiência dos seus esforços; a riqueza oligárquica consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, porém, sem relação com a intensidade e a eficiência dos esforços de seus beneficiários, e nunca estando disponível para todos, não importando quão intensos e eficientes sejam estes esforços. Assim, a primeira corresponde ao que se entende por processos de exploração, e a segunda, ao que se entende por processos de exclusão.

Neste sentido, torna-se clara a afirmação de Furtado (1992) quando diz:

“Já não se desconhece a necessidade de partir de uma visão global das transformações em curso nas relações econômicas internacionais para captar o sentido da crise que atravessamos (...) Ora, para chegar a essa visão global faz-se necessário entender as profundas mudanças estruturais provocadas pela transnacionalização das empresas, em particular nos setores de informação, financeiro e monetário, assim como captar a significação do novo recorte geográfico na ordenação das atividades econômicas”.

As conseqüências estruturais da opção de política de desenvolvimento implementada no Brasil, sobretudo nos anos 90, identificada através da *inserção subordinada* do país à globalização financeira - expressa em políticas econômicas sedutoras para fluxos do *capital rentista* -, agravou a condição histórica já existente.

Essas políticas foram implementadas no contexto de um movimento mais geral que engloba as transformações financeiras e as mudanças na estratégia da concorrência entre as grandes corporações¹⁶. Este movimento levou a uma profunda alteração das regras internacionais do comércio e do investimento, de onde, as economias nacionais submeteram-se a uma nova regulação comercial do investimento, dos serviços e da propriedade intelectual. (Tavares e Belluzzo, 2002)

Assim, em meio à ofensiva do Capital, contextualizada como globalização, o movimento internalizado no Brasil, quando frente às questões aqui expostas, possibilitou-o (o Capital) uma exploração acirrada sobre o Trabalho, de forma a moldar o capital interno, sustentado pela dinâmica do trabalho assalariado¹⁷.

Tavares e Belluzzo (2002) destacam que,

¹⁶ Ver CHESNAIS (1995 e 1996) e TAVARES e BELLUZZO (2002).

¹⁷ Sobre essa discussão, ver ALVES (1999) e OLIVEIRA (2003)

"Os processos de transformação do capitalismo (...) são, em geral, ignorados quando se pretende designar a mudança ocorrida nas últimas décadas, mediante a expressão vazia de 'globalização'. Os seus resultados negativos têm sido assinalados pelos críticos de esquerda, que costumam acentuar as suas características mais perversas: a (des) localização da produção, a destruição de empregos e uma diminuição geral da capacidade de desenvolvimento sustentado nos países da periferia".

A condição histórica do subdesenvolvimento brasileiro, foi agravado, nos anos de 1990, pelo movimento do Capital em ambientes externo e interno, intensificando um processo de desenvolvimento capitalista distinto do ocorrido no *núcleo orgânico*¹⁸ do capitalismo, confirmando ser a “forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”¹⁹. As evidências deste agravamento encontram-se estampadas na condição de vida, de parte significativa, da classe trabalhadora brasileira no fim do século XX. Se não, vejamos:

Quadro 1 – Exclusão Social: a realidade brasileira

Mais de 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, sem renda, emprego e acesso à educação.
Dos 5.500 municípios do país, 42% têm alto índice de exclusão social. Entre os anos 60 e 80, houve queda de 13,6% no número de excluídos no país. Entre 1980 e 2000, a exclusão social cresceu 11% no Brasil. No início dos anos 60, o país tinha 49,3% de excluídos. A taxa reduziu-se para 42,6% em 1980, mas retornou para 46,3% em 2000. Com relação à pobreza, nos anos 60 ela atingia 67,7% da população; 32,3% nos anos 80; e, seguindo a trajetória, de crescimento, da exclusão, atinge 33,5% da população em 2000.
Entre 1960 e 1980, os excluídos no Brasil eram, em sua maioria, imigrantes da zona rural com grandes famílias, pessoas de baixa escolaridade, baixa renda, mulheres e negros. Nos últimos 20 anos do século passado, a exclusão esteve representada por nascidos nos grandes centros urbanos, integrantes de pequenas famílias, pessoas escolarizadas, desempregados, homens e brancos. Isso significa, em parte, que a antiga classe média brasileira foi atingida pela exclusão social vivida nos anos de 1980 a 2000.
O indicador de violência também piora, como o da pobreza, de 1980 a 2000: o número de homicídios nos anos 60 foram de 15,3 por 100 mil habitantes; nos anos 80, foram 11,7; e, em 2000, passa para 26,5.

¹⁸ Ver Arrighi (1997)

¹⁹ OLIVEIRA (2003). Ainda sobre o agravamento das condições de subdesenvolvimento, através da polarização mundial, ver FIORI E MEDEIROS (2001)

Dos 40 milhões de domicílios registrados no país, 10 milhões são considerados insalubres. Destes, 2 milhões não têm luz elétrica.
Apenas 35% da população entre 15 e 17 anos curso o ensino médio e 7,4% da população de 18 a 24 anos de idade, cursa o ensino superior.
A evolução da renda <i>per capita</i> demonstra que o crescimento médio no século XIX foi de 0,30%; até a crise de 1929, 0,71%; entre 1930 e 1980, foi de 3,25%; e, a partir de 1981, de 0,33%. Ao final do século XX, 48% da população, possuía uma renda familiar mensal inferior a R\$ 520,00.
Com relação à concentração da riqueza: os 10% mais ricos controlavam 69% da riqueza no século XVIII; 73% no século XIX e 75% da riqueza no século XX.
Em relação ao emprego formal/população ativa: 9,1% da população empregada nos anos 60,; 21,9% nos anos 80; e, 20,2% em 2000. Em 1980 haviam 1,8 milhão de trabalhadores desempregados; em 2000, 12 milhões. Ao fim do século, 27 milhões de trabalhadores não possuíam seguridade social nem direitos trabalhistas. Ou seja, 61% dos trabalhadores brasileiros.

Fonte: Atlas da Exclusão Social, 2004/Revista Carta Capital, 21 de setembro, ano XII, nº 360, 2005.

Há, portanto, a ocorrência de um movimento de recrudescimento dinâmico da condição de vida da classe trabalhadora brasileira. Tal ocorrência, resultado da opção de desenvolvimento implementada no país, sobretudo nos anos 90, somado ao “colapso do desenvolvimento” (ou da falta de desenvolvimento, nos últimos 25 anos), indicam que a questão se agrava, quando os relacionamos às condições de heterogeneidade e segmentação existentes no mercado de trabalho brasileiro.

“(...) se ao final dos anos 70 era possível acreditar que os impactos positivos de um mercado de trabalho dinâmico acabariam por superar as condições para a reprodução da pobreza, hoje é o próprio mercado de trabalho que é visto como um fator de geração de pobreza”. (Medeiros e Salm, 1994)

Tais elementos indicam a configuração de uma sociedade, radicalmente, imposta a limitações intensas ao processo autônomo de desenvolvimento sócio-econômico. A constituição de um padrão de desenvolvimento brasileiro articulado ao movimento internacionalizado de acumulação de capital (sobretudo na sua fase financeira), desencadeou uma dependência intensa das tomadas de decisões internas, de forma a explicitar a relação interdependentista entre o capital produtivo nacional, o capital estatal e parte do movimento sindical brasileiro, ao capital financeiro internacional, em função de orientar os efeitos da reestruturação produtiva-financeira ocorrida interna e externamente. Cabe

ressaltar, que os países subdesenvolvidos, ao lançarem mão de um processo autônomo de desenvolvimento, agravam sua condição histórica de superexplorados e colaboram na reorientação do “tom” desta superexploração:

“(...) já não são mais, como na época ‘clássica’ do imperialismo, países subordinados, reservatório de matérias-primas ou de mão-de-obra barata e vítimas dos efeitos combinados da dominação política e da troca desigual. Eles já não oferecem praticamente nenhum interesse, nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista estratégico (fim da Guerra Fria) para os países ou para as firmas localizadas no seio do oligopólio. São meramente pesos mortos. Não são mais países que ‘um dia alcançarão o desenvolvimento’, e sim zonas de ‘pobreza’ (...)” (Chesnais, 1995)

Desta maneira, a miséria das famílias brasileiras, o trabalho infantil, o analfabetismo e a baixa escolarização básica, excluem hoje muito mais do que no passado, um imenso contingente de trabalhadores (sobretudo jovens) de uma chance melhor para se inserir no mercado de trabalho.²⁰

2 A inserção precária dos jovens trabalhadores como afirmação da desestruturação do mundo do trabalho e reconstrução do subdesenvolvimento brasileiro

Ao observarmos a dinâmica do emprego e/ou desemprego no Brasil, podemos notar dois aspectos: o primeiro, apresenta as condições de heterogeneidade e segmentação existentes em nosso mercado de trabalho²¹, condições essas que vêm se agravando, principalmente a partir das mudanças nas políticas econômicas implementadas desde 1990; o segundo, a existência dos chamados "grupos-problema"²² no mercado de trabalho.

Com relação ao primeiro aspecto, a heterogeneidade passa pela grande desigualdade econômica e social existente entre as regiões brasileiras, que se associou a diferentes situações de pobreza, inclusive nas áreas metropolitanas. Assim, as metrópoles que apresentavam maior dinamismo econômico demonstravam, também, maior concentração de renda, agravando a situação de pobreza, enquanto que, as que pouco se beneficiavam com o crescimento econômico, tornavam-se imensos "depósitos" de

²⁰ Medeiros e Salm (1994)

²¹ Para efeito desta discussão ver por exemplo: BALTAR (1994); MEDEIROS e SALM.(1994); BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE.(1996); PERO (1996); MATTOSO (1999).

²² "A emergência de 'grupos-problema', no mercado de trabalho não pode ser explicada por alguma 'inferioridade' física de sua oferta no mercado de trabalho, mas somente pelo fato de que suas chances de 'negociar' sua oferta, sob outros aspectos 'igual', têm piorado por fatores políticos e normativos." (OFFE, 1989).

população pobre. (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996:18). A partir dos anos 90, quando da opção brasileira por empreender políticas econômicas que favorecessem o livre movimento dos capitais internacionais e produzir uma reestruturação no setor produtivo nacional, há

“um grave processo de precarização das condições de vida e de trabalho, bem como de exclusão social (...) Marcado por profundas desigualdades de gênero, raça e idade, esse processo afeta desigualmente homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos, punindo especialmente os setores mais discriminados.” (LEITE, 2003:113)

A “lógica das cadeias produtivas globais”²³ (dos oligopólios produtivo-financeiros) re-segmentou os mercados de trabalho, tanto dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, reorganizando o espaço de trocas e de produção, de forma a implementar um deslocamento tanto do grupo superior de ocupações quanto do grupo inferior. Os “mercados secundários de trabalho” passam a constituir um terceiro nível de ocupações²⁴, concebendo trabalhadores em atividades mais desestruturadas, geralmente em micro e pequenas empresas, principalmente no setor de serviços.

Com relação ao segundo aspecto, tais grupos sofreriam mais intensamente alguns efeitos das transformações ocorridas no mercado de trabalho e, por essa razão, a permanência de trabalhadores pertencentes a estes grupos no mercado é mais difícil, para além da própria dificuldade de inserção. Sobretudo, quando relacionado: i) à existência de características sociais “não adquiridas” e sim “socialmente atribuídas” (ou seja, educação, renda e local de residência); ii) com a forma como estas características articulam-se com os riscos existentes no mercado de trabalho (jornada de trabalho excessiva, peso acima do previsto ao indivíduo etc); e, iii) com certos aspectos fixos: idade, sexo, etnia.

Entende-se que os jovens tendem a compor, segundo a descrição anterior, o conceito de “grupo-problema”. Estudos²⁵ mostram como os jovens estão inseridos na estrutura de ocupações e desemprego no Brasil: i) há participação significativa deste segmento no *setor informal* da economia; ii) no mercado formal de trabalho, ainda que os jovens estejam conseguindo inserção, não se identifica uma relação positiva entre o grau de escolaridade e os rendimentos percebidos nos empregos criados (tendo-se como uma das razões alegadas a falta de experiência) - configura-se um problema relacionado ao primeiro emprego; iii) a força de trabalho juvenil tem sofrido diretamente os impactos da reestruturação produtiva, ocasionada nos anos 90, de forma a se verificar altas taxas de desemprego para este grupo, o

²³ Dupas (2000)

²⁴ Sobre o tema, ver Reich (1994) e Oliveira (2004)

²⁵ RAMOS, et. alli. (1990); BARROS, et. alli. (1996); POCHMANN (2000).

que segundo alguns autores, tem colaborado no sentido de minimizar os efeitos do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade²⁶.

Ocorre então um aumento da *vulnerabilidade da inserção ocupacional dos jovens*²⁷, verificado, por um lado, pelas análises das trajetórias profissionais, com o movimento de desvalorização dos diplomas, desqualificação relativa dos certificados de cursos de formação, busca do primeiro emprego, instabilidade das ocupações e frequência de desemprego; por outro lado, pelas crescentes exigências de formação e de experiência profissional, como resultado dos novos *requisitos de contratação* pelos empregadores. (POCHMANN, 2000).

Desta forma,

"As condições de ingresso [no mercado de trabalho] são degradadas, o poder de barganha é nenhum. Misturados aos agora desempregados de longa duração, forma-se na base do mercado de trabalho não apenas uma superoferta de trabalhadores não qualificados e rebaixados, mas de indivíduos cujas deficiências os tornam inempregáveis".(MEDEIROS e SALM, 1994: 63),

Os jovens compõem, assim, uma classe trabalhadora mais heterogênea e, portanto, mais fragmentada, apresentando uma tendência à exclusão no mercado de trabalho, como discute Antunes (1999) e confirmando o que Pochmann (2000) chama de *"sinais de ruptura do antigo padrão de inserção ocupacional do jovem"*. Conforma-se, a partir dos referidos "sinais de ruptura", o agravamento lento e dinâmico da condição de vida de um imenso contingente da classe trabalhadora brasileira, pela ótica da juventude, cujos indicadores (iniciais) são:

²⁶ Os jovens entre 16 a 24 anos são os mais atingidos pelo desemprego. Existem atualmente no país, 3,4 milhões de jovens dentro dessa faixa etária sem nenhuma ocupação. Eles correspondem a 44% do total de pessoas desempregadas no país e a 20% da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego do jovem (17,8%) é praticamente o dobro da taxa de desemprego geral (9,3%), segundo a última Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD/IBGE). Além disso, as ocupações destinadas aos jovens são as de pior qualidade, sendo que 65% dessas ocupações são informais.

²⁷ Pesquisa realizada, através de questionários suplementares à Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte, demonstrou que "os jovens conseguem ocupações vulneráveis, em termos de relações de trabalho: 73% das pessoas de 15 a 17 anos de idade e 38,5% das de 18 a 24 anos, desempenharam atividades vulneráveis (assalariados sem carteira assinada, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos para o público, emprego doméstico)" (SOUZA, et.alli, 2003)

Quadro 2 – Indicadores preliminares da inserção precária dos jovens no mercado de trabalho brasileiro

Com relação a questão trabalho x escola, a terça parte dos jovens brasileiros não vivencia tal conflito. Seja por falta de oportunidades educacionais, seja pela ausência simultânea de oportunidades educacionais e de trabalho. Ou seja, 13% dos jovens brasileiros não enfrentam o conflito trabalho-escola, uma vez que não têm acesso a nenhuma das duas oportunidades; e, ao menos 21% dos jovens brasileiros trabalham porque não têm oportunidades educacionais adequadas.
A remuneração média dos jovens brasileiros (de aproximadamente R\$ 300) é inferior à metade da média do conjunto dos trabalhadores (cerca de R\$ 620). Mais da metade dos jovens ganha menos que o salário mínimo. Entre os que têm 18 anos de idade, quase 70% recebem menos que o salário mínimo. Cerca de dois terços dos jovens trabalhadores pertencem à metade dos trabalhadores pior remunerados, enquanto que 6%, aproximadamente, deles encontram-se entre os 20% melhor remunerados.
Enquanto 10% do conjunto dos trabalhadores trocaram a menos uma vez de trabalho no último ano, para os jovens, esta porcentagem chega a quase 17%. Enquanto para um trabalhador brasileiro a duração do emprego atual é de 8 anos, em média, para os jovens é inferior a três anos. A duração média no trabalho atual para os jovens de 24 anos de idade, é menos de um ano maior do que entre os jovens de 15 anos.
Mais de 50% dos jovens de até 17 anos ocupa-se em atividades familiares não-remuneradas. Os trabalhadores jovens estão bem representados entre os não-remunerados e com baixa representação tanto no setor público como entre os que trabalham por conta-própria. Há uma grande participação de jovens entre os empregados sem carteira no setor privado. As pequenas empresas e a agricultura são as mais relevantes portas de entrada no mercado de trabalho para a população jovem.

Fonte: IPEA. Brasil: o estado de uma nação. Capítulo VIII – Juventude no Brasil, 2005.

Sob este cenário, cabe ressaltar a participação dos jovens no conjunto dos empregos, com vínculos temporários, gerados no Brasil nos últimos anos. Cerca de 29% do total de trabalhadores, entre os anos de 2000 a 2004, eram formado de jovens, com idade de 18 a 24 anos, ocupados em trabalhos com prazo determinado. Verifica-se um aumento de 20,6% no total de jovens trabalhadores ocupados em atividades produtivas com prazos determinados. Se comparados aos postos com contratos de trabalho indeterminados (trabalhadores regidos pela CLT urbanos e rurais, estatutários e trabalhadores avulsos), observa-se que ocupações com este tipo de vínculo empregatício apresentam uma variação de 16,3% no mesmo período.

Tabela 1 – Brasil: Número de trabalhadores de 18 a 24 anos de idade por tipo de vínculo – 2000 a 2004

TIPO DE VINCULO	TOTAL	2000	2001	2002	2003	2004
TEMPORÁRIO	401655	78463	67314	81164	80518	94196
MENOR APRENDIZ	378	54	76	48	79	121
CLT URBANO/PJ DET	190091	31965	36583	40056	39177	42310
CLT URBANO/PF DET	7675	1576	1462	1774	1503	1360
CLT RURAL/PJ DET	36871	10012	12494	0	6193	8172
CLT RURAL/PF DET	21141	6171	5544	0	3759	5667
DIRETOR	2886	283	588	344	762	909
CONT PRZ DET	60176	5421	27848	10332	9027	7548
CONT TMP DET	4102	0	871	1042	888	1301
TOTAL	724.975	133945	152780	134760	141906	161584

Fonte: MTE/RAIS/FAT

Desta forma, a evolução dos empregos temporários foi maior em 4 pontos percentuais. No total de empregos gerados, houve um aumento de 22% de postos de trabalho temporários em relação a um aumento de 20% dos postos com prazo indeterminado. Levando em consideração que os jovens de 18 a 24 anos de idade representam, aproximadamente, 1/3 dos trabalhadores ocupados neste cenário, sua inserção no mercado de trabalho brasileiro é significativa e temporária.

Tabela 2 – Brasil: Evolução do número de trabalhadores de 18 a 24 anos de idade por tipo de vínculo empregatício temporário – anos selecionados

Tipo de Vínculo	1990	1994	2000	2004
Temporário	29684	38741	78463	94196
	-	30,5	164,3	217,3
		-	102,5	143,1
			-	20,05

Fonte: MTE/RAIS/FAT

A tabela acima mostra que houve acréscimo significativo no número de jovens exercendo trabalhos temporários: aumento de 217% entre 1990 e 2004; bem como, um aumento de 43% de 1994 a 2004. Tal resultado advém, além da característica seletiva do mercado de trabalho brasileiro com relação a inserção dos jovens, da incapacidade dinâmica do sistema econômico brasileiro (atrelado a

questão da política macroeconômica posta no momento) de gerar empregos decentes, que estabeleça condições/relações de trabalho que visem a manutenção dos jovens trabalhadores em atividades produtivas e desenvolva suas capacidades.

A discussão acima, em parte, pode ser comprovada ao tempo serviço no posto de trabalho vinculado. Observa-se participação significativa de trabalhadores jovens (com idade de 18 a 24 anos de idade), nas faixas de 6 meses a 1 ano incompleto e de 12 meses a 2 a dois anos incompletos. No período de 2000 a 2004, houve aumento de 23,5% no número de trabalhadores jovens na faixa de tempo de serviço de 3 a 6 meses incompletos.

Tabela 3 – Brasil: Evolução do número de trabalhadores de 18 a 24 anos de idade por faixas de tempo de serviço (em meses) – anos-base selecionados – em %

Faixa de Tempo de Serviço	1990	1994	2000	2004
ATE 2,9	-	13,9	24,8	49,8
		-	9,6	31,6
			100	20,0
3,0 A 5,9	-	-13,9	4,6	29,1
6,0 A 11,9	-	-3,2	26,3	46,2
		-	30,5	51,0
			-	15,7
12,0 A 23,9	-	-18,6	-8,4	10,8
24,0 A 35,9	-	-22,0	-3,7	14,5
36,0 A 59,9	-	-14,9	-17,7	-13,1
60,0 A 119,9	-	31,2	-0,8	-20,0
120 OU MAIS	-	-31,0	-77,0	-85,7

Fonte: MTE/RAIS/FAT

Observa-se, ainda, que de 1990 a 2004, há um aumento de, aproximadamente, 50% no número de jovens trabalhadores na faixa de tempo de serviço de até 3 meses incompletos. Se o período for de 1994 a 2004, o acréscimo passa a ser de 31,6%. A faixa de tempo de serviço de 6 meses a 1 ano incompleto, apresenta um acréscimo de 51% de trabalhadores de 18 a 24 anos de idade, no período de 1994 a 2004. Assim, os trabalhadores jovens estão inseridos, cada vez mais, em empregos que são temporários, curtos e, em sua maioria, não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho; mas, por Leis que foram implementadas, à medida que a desestruturação do mercado de trabalho se afirmava

como característica fundamental da opção de desenvolvimento encaminhada no decorrer dos anos noventa.

Tais elementos colaboram para um aumento na vulnerabilidade da inserção dos jovens no mundo trabalho brasileiro, indicando que, ainda que com relação às limitações impostas a este artigo, isso corresponde a uma tendência: a de um recrudescimento da condição de vida, de parcela significativa, da classe trabalhadora brasileira, aqui expressa pela ótica da juventude.

A guisa de conclusão

As transformações ocorridas no plano internacional da divisão do trabalho somadas às ocorridas no Brasil incorreram em profundas alterações em seu mercado de trabalho, demonstrando o acirramento do conflito capital x trabalho, em detrimento da classe trabalhadora.

Assim, o desenvolvimento da sociedade brasileira está assumindo uma forma peculiar: trata-se de uma sociedade baseada num mundo do trabalho desestruturado, onde a população mais jovem tem mantido uma posição desfavorável no mercado de trabalho, que tenderá a agravar o processo de heterogeneidade, exclusão e desigualdade. Em outras palavras, ao assumirmos as proposições de Arrighi e de Furtado, sobre o processo dinâmico de dependência externa, admitimos que a *desestruturação do mercado de trabalho*, ampliada nos anos de implementação do projeto neoliberal, contribui para a afirmação da existência de um intenso aumento das desigualdades sociais, fincado na heterogeneidade estrutural de seu mundo do trabalho.

O Brasil, através do ideário neoliberal, no que tange à *desestruturação do mercado de trabalho*, contribui para consolidar os processos de exploração e exclusão. Em decorrência da política macroeconômica adotada nos anos 90, sobretudo a partir de 1994 (e ainda em andamento), torna-se cada vez mais evidente o recrudescimento das desigualdades sociais, ao tempo em que fica mais distante o objetivo de desenvolvimento sócio-econômico livre das limitações impostas pela acirrada dependência externa. Esses elementos se apresentam como forma de afirmação, sustentação e, ainda, de reconstrução de uma estrutura sócio-econômica subdesenvolvida.

A forma como o jovem trabalhador brasileiro está inserido em seu mercado de trabalho, demonstra uma incapacidade dinâmica desse sistema econômico de alterar a trajetória de precarização da condição de vida de uma significativa parcela da classe trabalhadora brasileira. Não se trata, portanto, de uma resposta imediata, através de política de ações afirmativas para (ou de) juventude.

Trata-se de identificar uma limitação à capacidade, desse sistema econômico (articulado à lógica que está) de implementar políticas de geração de emprego e renda decentes para o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo, àquela inserida em condições/relações de trabalho degradantes.

Assim, como tal movimento é resultado da opção política acionada nos últimos 25 anos, somado as transformações ocorridas no centro do capitalismo neste fim de século, só uma política de desenvolvimento alternativa a que se implementou (e a que desenha), sobretudo para os próximos anos, tenderá a impor limites a esse processo de agravamento da condição de vida de imensa maioria da classe trabalhadora brasileira.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital. São Paulo: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BALTAR, P.E. de Andrade. "Emprego e renda na crise contemporânea do Brasil". In: *O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1ªe., 1994.

BALTAR, P.E. A. e PRONI, M.W. "Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial" In: *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado?*. Campinas: Editora Página Aberta, 1996.

BALTAR, P.E. de Andrade, DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, W. "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil". In: *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1ªe., 1996.

_____. Salário mínimo e mercado de trabalho. Seminário: Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: IE/UNICAMP, mimeo, 2005.

_____. "Desigualdade de rendimentos do trabalho e salário mínimo na década de 90. In: *Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo*. Carta Social e do Trabalho, Campinas: IE-UNICAMP/CESIT, nº 1, maio-agosto, 2005.

BARROS, P.B., CAMARGO, J.M. e MENDONÇA, R. "A estrutura do desemprego no Brasil". IPEA: Série Seminários/Seminários sobre Estudos do Trabalho, nº 14, 1996.

- BELLUZZO, L.G. “Brasil, um desenvolvimento difícil...” In: *Desenvolvimento em Debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo - Painel: desenvolvimento e estabilidade*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, 2002.
- CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. In: *Revista Economia e Sociedade* (5), Campinas: IE/Unicamp, 1995.
- CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DUPAS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (org.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FRANCO, R. “Los paradigmas de la política social en América Latina”. In: *Revista de La Cepal*. Santiago do Chile: CEPAL, nº 58, abr., 1996.
- FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Coleção Os Economistas, São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- _____. Brasil – a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GONÇALVES, R. A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- IPEA. O estado de uma nação. Brasília: IPEA, Cap. VIII, 2005. www.ipea.gov.br, acesso em 22/09/2005.
- LEITE, M. de P. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LESBAUPIN, I. (org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____, J. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MEDEIROS, C. A “Distribuição de renda como política de desenvolvimento” In: *Desenvolvimento em Debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo - Painel: distribuição de renda*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 3, 2002.
- MEDEIROS, C.A. e SALM, C. “O mercado de trabalho em debate”. In: *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, 39, 1994.
- OFFE, C. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco. Mimeo, 2004.

- PERO, V. A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90. Rio de Janeiro: SENAI/DN/CIET, 1996.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____. A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- _____ et alli. Atlas da exclusão social. São Paulo: Cortez, 5 vols., 2004.
- RAMOS, L., RIOS-NETO, E. e WAJNMAN, S. “Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil”. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 1997.
- REICH, R. B. O Trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educator, 1994.
- SALM, C. “Vai ser difícil requalificar”. In: *Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia*, Rio de Janeiro: UFRJ, vol.17, no.2, 1997.
- SOUZA, N.R.M (coord.) A inserção dos jovens no mercado de trabalho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informações, 2003.
- TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G. de M. “Desenvolvimento no Brasil - lembrando um velho tema”. In: *BIELSCHOWSKY, R. e MUSSI, C. (org.) Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.